



SUJEITO DO DISCURSO, CRISE DE IDENTIDADE E POÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

SUBJECT OF DISCOURSE, CRISIS OF IDENTITY AND CONTEMPORARY POETICS

José Américo Bezerra Saraiva
UFC – Universidade Federal do Ceará

RESUMO: Neste artigo empreendemos uma reflexão acerca da noção de sujeito do discurso e de sua identidade, sobretudo a partir da noção de discurso em ato, desenvolvida por Fontanille e Zilberberg (1998), e das contribuições de Landowski (1986, 1992, 2002) e Coquet (1997). Concomitantemente, apresentamos textos comprobatórios de que a consciência do papel da linguagem, mediatizante e instaurador do mundo e do sujeito a um só tempo, está na base da produção de autores modernos e pós-modernos. Para tanto, lançaremos mão dos poemas “Autopsicografia” e “Isto”, de Fernando Pessoa, e depois recorreremos às letras das canções “As coisas” e “Fora de si”, de Arnaldo Antunes, como exemplos emblemáticos desta consciência da função performática da linguagem na constituição do mundo e do sujeito enunciante.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação; sujeito do discurso; identidade; poética.

ABSTRACT: The aim of this article is a reflection on the idea of the subject of discourse and his identity, particularly starting from the notion of discourse in act, developed by Fontanille and Zilberberg (1998), and counting on the additional contribution of Landowski (1986, 1992 and 2002) and Coquet (1997). At the same time, corroborative texts are presented, demonstrating the consciousness of the role of speech, mediating and establishing the world and the subject simultaneously, at the basis of the work of modern and postmodern authors. To do so, Fernando Pessoa's poems “Autopsicografia” and “Isto” are employed, the lyrics “As coisas” and “Fora de si”, written by Arnaldo Antunes, are exploited as typical examples of this consciousness of the performative function of the speech in the constitution of the world and the enunciating subject.

KEYWORDS: enunciation; subject of discourse; identity; poetics.

*Ce qui est (déjà) n'est pas (encore) – voici la Surprise.
Ce qui n'est pas (encore) est (déjà) – voilà l'attente.*
Paul Valéry (1973, p. 1290)

INTRODUÇÃO

A intrigante formulação da epígrafe, posta em circulação entre os semioticistas de linha greimasiana por Zilberberg (1988), logra captar o ordenamento sintático mínimo que envolve as relações entre sujeito e objeto num campo de presença. E é somente num campo de presença devidamente circunscrito que se pode distinguir o “velho” do “novo”, ou que se pode contrapor a reiteração do já estabelecido à inovação pretendida pelos vanguardismos de toda ordem. A assunção dessa sintaxe mínima cria, por exemplo, as condições para se falar de rupturas nos modos de conceber e fazer arte, cabendo a quem se disponha à tarefa mobilizar um conjunto de grandezas/categorias que ordenem o campo discursivo em termos de novidades e “velhidades”. Tal não é o propósito deste artigo. Aqui pretendemos apenas apresentar algumas propostas desenvolvidas no âmbito da semiótica discursiva no que concerne ao que chamaremos de papel performático da linguagem e fornecer exemplos do tratamento poético desta questão em textos modernos e pós-modernos.

Sabe-se que, no período que vai do Modernismo aos dias de hoje, pós-modernos para muitos (ainda que não se tenha alcançado definir a Pós-modernidade com alguma precisão), esta foi a bandeira empunhada por muitas das chamadas poéticas vanguardistas. Elas investiam na ruptura dos códigos, na subversão da espera e na “surpresa” constitutiva do acontecimento e, por isso mesmo, não podiam dispensar-se do trabalho de identificar, mesmo que intuitivamente, o código que seria rompido, a espera que não se realizaria e a rotina no seio da qual o acontecimento se apresentaria como tal.

No entanto seria temerário dizer que a produção artística da Pós-Modernidade está centrada na revisão crítica do passado com vistas à formação do futuro, como sucedeu com as vanguardas modernistas. Embora esse seja um tema recorrente no horizonte das preocupações pós-modernas, devemos reconhecer que ele ocupa um lugar cada vez mais periférico na produção poética da atualidade. Cremos não nos equivocarmos ao dizer que a preocupação com a linguagem e com o seu poder de construção do “real” reside no principal tema legado pela Modernidade aos pensadores-poetas da Pós-Modernidade.

De fato, parece-nos que uma das propriedades que melhor caracterizam o fazer poético da Pós-Modernidade seja a consciência e a tematização do papel performático da linguagem, que cria e descreve mundos e sujeitos.

Nesse particular, o gesto de René Magritte é sintomático. Ao subscrever a frase “Isto não é um cachimbo” à representação pictórica de um cachimbo, ele labora em prol da desnaturalização da função sógnica revelando o caráter mediatizante e instaurador da imagem, isto é, sua condição significativa, cujo significado é a figura correspondente na macrossemiótica do mundo natural, também esta, perdoem-nos a insistência, um construto, cuja base é a carne do mundo merleau-pontiano.

Por admitirem a crise da representação e, na sua esteira, a dispersão do sujeito, os pós-modernos reconhecem o papel fundante da linguagem tanto na constituição do mundo quanto na de quem o enuncia. Um e outro são construtos de linguagem e podem ser concebidos como decorrentes do ato enunciativo, consoante defende a semiótica greimasiana (ou discursiva), como veremos. E linguagem aqui não significa língua natural, é bom que se frise, mas estruturas erigidas na própria percepção, esta compreendida “como o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação” (GREIMAS, 1976, p. 15).

Merleau-Ponty (1999), de quem Greimas (1976) se declara tributário, diz ser:

[...] impossível sobrepor, no homem, uma primeira camada de comportamentos que chamaríamos de “naturais” e um mundo cultural ou espiritual fabricado. No homem, tudo é natural e tudo é fabricado, como se quisesse, no sentido em que não há uma só palavra, uma só conduta que não deva algo ao ser simplesmente biológico – e que, ao mesmo tempo, não se furte à simplicidade da vida animal, não desvie as condutas vitais de sua direção, por uma espécie de *regulagem* e por um gênio do equívoco que poderiam servir para definir o homem. A simples presença de um ser vivo já transforma o mundo físico, faz surgir aqui “alimentos”, ali um “esconderijo”, dá aos estímulos um sentido que eles não tinham (p. 257).

E arremata, reconhecendo o homem, tal qual o faz Cassirer (1997, p. 50), como “animal symbolicum e não como animal rationale”, pugnando que:

[...] os comportamentos criam significações que são transcendentais em relação ao dispositivo anatômico, e todavia imanentes ao comportamento enquanto tal, já que este se ensina e se compreende. Não se pode fazer economia desta potência irracional que cria significações e que as comunica. A fala é apenas um caso particular dela (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 257).

Convém assinalar que tal tomada de posição, que desloca o foco da atenção para a linguagem, não é exclusividade das poéticas contemporâneas. Neste particular, elas se coadunam com a tendência geral observada no século passado, quando, segundo Apell (2000), o paradigma semiótico do pensamento se estabeleceu com força, inclusive no discurso filosófico.

De forma muito aguçada, poder-se-ia dizer que a “filosofia primeira” não é a investigação da “natureza” ou da “essência” das “coisas” ou dos “entes” (“ontologia”), nem tampouco a reflexão sobre as “noções” ou “conceitos” da “consciência” ou da “razão” (“epistemologia”), mas sim a reflexão sobre o “significado” ou o “sentido” de manifestações linguísticas (“análise da linguagem”) (p. 378).

Uma vez admitida esta centralidade da linguagem como objeto de reflexão nas mais variadas áreas do pensamento pós-moderno, decidimos fazer uma breve incursão nos modos como a semiótica greimasiana, entendida como teoria da significação, trata as questões com ela relacionadas, isto é, como a teoria semiótica desenvolve as noções de ato enunciativo, sujeito da enunciação, enunciador, enunciatário e identidade do sujeito enunciante.

Neste artigo empreendemos uma reflexão acerca da noção de sujeito do discurso e de sua identidade, sobretudo a partir da noção de discurso em ato, desenvolvida por Fontanille e Zilberberg (1998), e das contribuições de Landowski (1986, 1992 e 2002) e Coquet (1997). Concomitantemente, apresentamos textos comprobatórios de que a consciência do papel da linguagem, mediatizante e instaurador do mundo e do sujeito a um só tempo, está na base da produção de autores modernos e pós-modernos. Para tanto, lançaremos mão dos poemas “Autopsicografia” e “Isto”, de Fernando Pessoa, e depois recorreremos às letras das canções “As coisas” e “Fora de si”, de Arnaldo Antunes, como exemplos emblemáticos desta consciência da função performática da linguagem na constituição do mundo e do sujeito enunciante. Neste último caso, esperamos que o simples fato de se tratar

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

de letras de canção popular constitua prova suficiente da difusão do tema na produção poética contemporânea.

Começaremos por revisitar a noção de simulacro tal como a concebe Landowski, em Greimas e Courtés (1986, p. 206), para depois nos ocuparmos da noção de identidade e de dinâmica identitária.

Simulacro

Simulacro, conforme o dicionário de Greimas e Courtés (1986), apresenta basicamente duas acepções em semiótica discursiva. A primeira corresponde a um sinônimo de modelo. Nestes termos, a teoria semiótica é um simulacro, um modelo, de produção e interpretação do sentido: um simulacro do percurso gerativo do sentido, esvaziado de qualquer pretensão ontológica, porque não tem a meta de descrever o processo de geração real do sentido, com as inevitáveis implicações de ordem psicológica e sociológica. Na segunda acepção, o termo serve “para designar o tipo de figuras, com o componente modal e temático, por meio das quais os actantes da enunciação se deixam mutuamente apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado” (p. 206).¹

Nessa segunda acepção do termo, o foco se volta para a interação entre os actantes da comunicação e as imagens-fim que eles se dão de suas competências respectivas. Essa segunda acepção também não tem pretensões ontológicas. Tem por objetivo, na verdade, apresentar o sujeito da enunciação como **sujeito semiótico**, que, antes de ser “uma substância”, ou sequer “a emanção (reflexo) de uma substância primeira que lhe seria exterior e que o determinaria”, é forma, “produto de uma organização formal (discursiva), um *efeito de sentido*” que se pode tomar “como o pressuposto ou a resultante do discurso realizado” (LANDOWSKI, 1992, p. 168).

Aqui, a noção de sujeito semiótico é caudatária da noção de narratividade *lato sensu*, que permite, por sua vez, examinar a enunciação como enunciado, consoante propusera Greimas (1974). De fato, é a possibilidade de ver a enunciação como um enunciado mais amplo que permite projetarem-se as estruturas narrativas sobre a enunciação, para promover o que Landowski (1992) chama de **narrativização da enunciação**. Assim fazendo, a semiótica interpreta o processo de comunicação à luz das estruturas narrativas, cujos actantes passam a ser vistos como functivos reconstituíveis pela relação pressupositiva que mantêm com o enunciado-discurso.

Ora, para a semiótica, é no fazer enunciativo que tanto o enunciado quanto o sujeito da enunciação são gerados. Portanto, se concebermos a enunciação como uma espécie de enunciado mais amplo, o sujeito da enunciação, na produção do discurso, será o simulacro resultante do sincretismo de dois outros simulacros: o do enunciador e o do enunciatário. Além destes simulacros, o jogo enunciativo pode instaurar no discurso os actantes da enunciação enunciada, simulando, por *debreagem*,² a enunciação propriamente dita. Em

¹ “[...] pour désigner le type de figures, à composante modale et thématique, à l’aide desquelles les actants de l’énonciation se laissent mutuellement appréhender, une fois projetés dans le cadre du discours énoncé”.

² Aqui, cabe uma observação de caráter conceitual. Para Fiorin (1996), que neste ponto segue Greimas, a *debreagem* se biparte em *debreagem enunciativa* e *debreagem enunciva*. A primeira se configura quando, no ato de instalação do enunciado, projetam-se, nele, as categorias *eu-aqui-agora*; a segunda, quando se projetam as categorias *ele-lá-então*. A *embreagem*, por sua vez, se dá quando uma operação discursiva tem por efeito neutralizar estes dois conjuntos de categorias, quando um é usado em vez do outro, num dado contexto. Fiorin (1996) postula, igualmente, dois tipos de *embreagem*, a *enunciativa* e a *enunciva*, dependendo do conjunto de categorias em favor do qual se realiza a neutralização. No entanto há autores, caso de Bertrand (2003), por exemplo, que já veem, na *debreagem enunciativa*, uma operação *embreante*, na medida em que a projeção das

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

seguida, os actantes da enunciação enunciada podem delegar a fala para outros actantes, que, por sua vez, podem fazer o mesmo com relação a outros actantes ainda, e assim por diante. Neste processo de debragens sucessivas, acontece que toda enunciação simulada no interior de um discurso referencializa o simulacro da enunciação anterior, conferindo-lhe uma impressão de realidade. Mas, é bom que se diga, essa referencialização não passa de um efeito de discurso. Por isto é que podemos dizer que não lidamos, em discurso, senão com simulacros.

Sendo a enunciação um jogo de construção de simulacros, o processo comunicativo não pode ser, portanto, reduzido à mera circulação de mensagens num dado contexto, como sustentavam alguns adeptos da teoria da informação. A enunciação, examinada sob o prisma da narratividade, tem, no programa de persuasão-manipulação-interpretação intersubjetiva, próprio do processo comunicativo, a construção de simulacros como um dos procedimentos básicos.³ E o enunciado, por sua vez, não é apenas objeto de transmissão de saber, mas um objeto-discurso construído e manipulado pelo sujeito da enunciação.

Veja-se bem que não é do sujeito “real” que se fala aqui, e o emprego do termo **simulacro** procura deixar isso claro, pois simular é um **fazer-crer** que envolve tanto o enunciado como a enunciação. Nesse processo, portanto, são simulacros o sujeito da enunciação, o enunciator, o enunciatário etc.

O sincretismo dos papéis de enunciator e enunciatário evidencia-se, principalmente, em discursos sem narrador explícito, em que os acontecimentos são apresentados objetivamente, como se se desenvolvessem por si mesmos. Nesses discursos, constrói-se, com efeito, um único lugar de observação em que enunciator e enunciatário se encontram sincretizados.⁴ Trata-se, nas palavras de Fontanille (1998), da figura de um observador, entendido como o agenciador dos pontos de vista que regulam os modos pelos quais o enunciado pode ser apreendido, e os pontos de vista são, para Fontanille, as perspectivas que exploram “a orientação discursiva para fazer face à imperfeição constitutiva de toda percepção” (p.127).⁵ Noutros termos, trata-se de um recurso do qual o enunciator pode lançar mão para manipular o enunciatário, ao eleger um ponto de vista,

categorias *eu-aqui-agora* cria, por si mesma, o efeito de retorno à enunciação, ou seja, simula a enunciação no interior do enunciado. Neste artigo, optamos pela terminologia de Fiorin (1996), pela simples razão de ter ele realizado um exaustivo trabalho acerca do assunto, com farta exemplificação, em *As astúcias da enunciação*.

³ Cremos que esta é uma questão de suma importância para a semiótica greimasiana ou discursiva, porque a distingue de algumas correntes da pragmática ou da análise do discurso, uma vez que, para o semioticista, o contexto no qual se dá uma interação discursiva é sempre uma construção levada a efeito pelos que dela tomam parte. A exemplo do que postula a Teoria da Relevância, de Sperber-Wilson (apud SILVEIRA e FELTES, 2002), o contexto não é um dado *a priori*, ele é construído pelos actantes da comunicação. Cremos que esta postura pode ser radicalizada: um historiador, um sociólogo ou um etnólogo, por exemplo, podem crer que estão reconstituindo o contexto real de uma interação efetiva pelas informações que fornecem, mas eles, na verdade, estarão recompondo, em uma estrutura narrativa, a situação comunicativa e a dinâmica identitária dos actantes que dela participaram, isto é, estarão reencenando o vivido ao enunciá-lo. A noção de *contexto*, na concepção narrativa da enunciação, é, portanto, sempre a de um contexto semiotizado, produto de leitura e de interpretação; é, numa palavra, simulacro. É por tal razão que Landowski (1992) diz que, quanto às determinações psicológicas, ideológicas etc., que incidem sobre o discurso, a tarefa da semiótica é a de “procurar definir um princípio de pertinência que permita integrá-las no âmbito de uma teoria global, e não mais tratá-las como variáveis *ad hoc* ou sobredeterminações externas. A questão é, pois, a da ‘semiotização’ do contexto, ou melhor, da elaboração de uma *semiótica das situações*” (p. 150), em que o contexto é tomado como linguagem.

⁴ Estratégia empregada, por exemplo, no discurso científico, em que enunciator e enunciatário sincretizam-se na figura do observador.

⁵ “[...] *l’orientation discursive pour faire face à l’imperfection constitutive de toute perception.*”

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

generalizante ou particularizante, por exemplo, e ao simulá-lo no discurso, como sendo a sua própria posição de enunciação, fundamental para reconstruir-se a significação.

Mas, repetamos, tanto o enunciador como o enunciatário são simulacros, construções discursivas, assim como o são os actantes do enunciado.⁶

É neste ponto da discussão teórica que merece menção um poeta moderno do naipe de Fernando Pessoa, que demonstra ter plena consciência do jogo de construção de simulacros posto em funcionamento pela enunciação no discurso em ato.

Embora a multiplicação dos heterônimos em Pessoa possa ser explorada neste viés, tomamos aqui primeiramente o célebre poema “Autopsicografia” (1996, p. 98-99).

O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,
Na dor lida sentem bem,
Não as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm.

E assim nas calhas de roda
Gira, a entreter a razão,
Esse comboio de corda
Que se chama coração.

Nele, o sujeito da enunciação instala, por debreagem enunciativa, um **ele** no discurso (“o poeta”), assimilado ao papel temático do **fingidor**, do qual passa a falar com o distanciamento crítico que este mecanismo sintático proporciona. Na qualidade de **fingidor**, o “poeta” é comparável ao sujeito da enunciação, ou seja, ao sujeito responsável por criar, no ato enunciativo, a si mesmo e a “dor” enunciada que, uma vez despregada da “dor” efetivamente vivida, incomunicável por natureza, só pode ser simulada em discurso.

A enunciação poética, portanto, constrói simulacros como qualquer outro ato enunciativo e, para Fernando Pessoa, fá-lo de tal modo que persuade o enunciatário da “verdade” da “dor” enunciada. Exímio **fingidor**, pois domina os mecanismos e procedimentos enunciativos, o poeta se qualifica, então, como aquele que quer, sabe e pode-fazer-crer na verdade enunciada. É o sujeito da enunciação, o criador do *ethos* do enunciador e do *pathos* do enunciatário, ou melhor, o centro gerador do “real” do discurso. Mas, no processo de comunicação do poema, a “dor” enunciada, constitutiva da identidade do enunciador, é efeito de discurso ou “dor” de segunda ordem. E no processo da leitura, por sua vez, cria-se uma “dor” de terceira ordem, a do leitor, já bastante modificada pela mediação instauradora da atividade semiótica. Trata-se, portanto, de um deslizamento do sentido posto em ação pelo fazer enunciativo, no qual são construídos simulacros actanciais tanto na instância da enunciação quanto na do enunciado, processo do qual o enunciador de “Autopsicografia” demonstra ser sabedor.

⁶ É também por esta razão que, ao descrever o discurso humanista devoto, Maingueneau (1984) fala de “interincompreensão regulada”. Segundo este autor, um discurso, dentro de um dado espaço discursivo, não polemiza com outro discurso, contra o qual se insurge, mas com a tradução que faz dele. Assim, o que está em jogo numa polêmica não são identidades discursivas autônomas, mas representações discursivas em que tanto a identidade quanto a alteridade são construções discursivas, são simulacros de discurso.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

Este deslizamento do sentido e a consciência dele por parte de Fernando Pessoa ficam bem evidenciados no poema “Isto” (1996, p. 99).

Dizem que finjo ou minto
Tudo que escrevo. Não.
Eu simplesmente sinto
Com a imaginação.
Não uso o coração.

Tudo o que sonho ou passo
O que me falha ou finda,
É como que um terraço
Sobre outra coisa ainda.
Essa coisa é que é linda.

Por isso escrevo em meio
Do que não está ao pé,
Livre do meu enleio,
Sério do que não é.
Sentir? Sinta quem lê!

Aqui, os versos “Eu sinto com a imaginação./Não uso o coração” além de serem exemplo do **sensacionismo pessoano**, concorrem para reforçar em algo a ideia de que “o poeta é um fingidor” e a de que tanto o poeta quanto o leitor estão envolvidos ativamente num processo semiótico no qual se dá a construção de simulacros actanciais, e, neste último caso, mais ainda isso ganha tons se levarmos em consideração o derradeiro verso “Sentir? Sinta quem lê!”, por tratar-se da delegação de um poder-fazer.

É pertinente, então, dizer que “Autopsicografia” e “Isto” tematizam o ato enunciativo como **semiose ilimitada**, processo ininterrupto que mediatiza e, ao mesmo tempo, instaura as relações objetais e subjetais, construindo simulacros em termos de identidades e alteridades, e que Fernando Pessoa é um poeta moderno não só porque tem consciência desse fenômeno enunciativo, mas principalmente porque o assume como um dos temas fundamentais de sua obra.

Vejamos, agora, como esse jogo de construção de simulacros concorre para a sedimentação de identidades discursivas e qual a dinâmica envolvida neste processo de acordo com a semiótica greimasiana.

Identidade e alteridade

No dicionário de semiótica, Greimas e Courtés (s/d) dão o termo **identidade** como um não definível que se opõe ao termo **alteridade**, igualmente não definível. Claro está que, ao procederem assim, os autores esquivam-se de fornecer-lhes uma definição positiva e os colocam no rol dos primitivos semióticos indefiníveis. Desejam, com efeito, destacar o seu valor relativo a fim de torná-los interdefiníveis, porque pensam na relação fundamental de pressuposição entre os termos da estrutura elementar da significação: as relações de conjunção e de disjunção.

No mesmo verbete, os autores fornecem outras definições para os termos, todas fundamentadas no seu caráter relacional e interdependente. Assim, “a identidade serve para designar o traço ou conjunto de traços (em semiótica: semas ou femas) que dois ou mais objetos têm em comum” (s/d, p. 223). Trata-se de uma operação metalinguística que implica,

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

ao mesmo tempo, a alteridade e a identidade, uma não podendo subsistir sem a outra, pois, se, por um lado, a identificação da igualdade entre objetos implica certo grau de diferença entre eles, por outro lado, não se pode falar de diferença, caso não se tenha a igualdade como pressuposto.

Ainda neste verbete, identidade se define como permanência na mudança, isto é, como a persistência de um indivíduo no seu ser ao longo das transformações narrativas *lato sensu*. Na identidade, o indivíduo se mantém o mesmo, não obstante as modificações de que é sujeito ou que o afetam. Nessa definição, observa-se novamente a relação de mútua dependência entre os dois termos, a identidade correspondendo à permanência, e a alteridade, à mudança.

Admitindo que o primado da relação sobre os termos está na base do procedimento da semiótica, Landowski (2002) não vê possibilidade de sentido senão quando ele se faz apreender como universo articulado a partir da identificação de diferenças. Somente o reconhecimento de uma diferença “permite construir como unidades discretas e significantes as grandezas consideradas e associar a elas, não menos diferencialmente, certos valores, por exemplo, de ordem existencial, tímica ou estética” (p. 3).

Para Landowski (2002), o sujeito não escapa a essa lógica. De fato, a identidade do sujeito não pode constituir sentido a não ser pela relação que ele mantém com a alteridade, diferenciando-se dela. Assim:

Também ele condenado, aparentemente, a só poder constituir-se pela diferença, o sujeito tem necessidade de um ele – dos “outros” (eles) – para chegar à existência semiótica, e isso por duas razões. Com efeito, o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade do outro atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou [...] da consciência coletiva, a emergência do sentimento de “identidade” parece passar necessariamente pela intermediação de uma “alteridade” a ser construída. (p. 4).

Este modo de ver é relevante na medida em que coloca em cena um jogo de “simulacros em construção”, de imagens-fim dos sujeitos, em sua identidade e alteridade, fundados na relação mútua e indissociável da qual todos dependem.

De modo semelhante é concebido o processo de construção da identidade por muitos poetas modernos. Mário de Sá-Carneiro, por exemplo, demonstra a plena consciência deste fenômeno quando, em um de seus poemas, diz “Eu não sou eu nem sou o outro. / Sou qualquer coisa de intermédio”. Também Fernando Pessoa parece aderir a igual ponto de vista quando admite “Não sou eu quem descrevo. Eu sou a tela / E oculta mão colora alguém em mim” (1996, p. 61). Esses versos são prova de que os dois poetas estão plenamente cômicos da dinâmica implicada no processo de edificação identitária e servem como mostra de que os dois escritores fizeram da reflexão acerca do tema matéria de sua poesia.

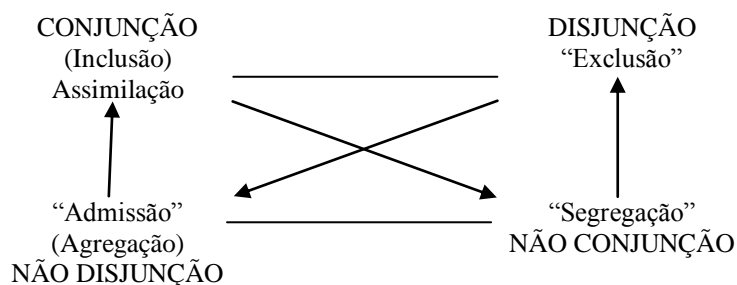
Nestes termos, não há como enunciar senão construindo e marcando posição, isto é, constituindo-se transitiva e reflexivamente em relação a alteridades: sujeitos (sujeito/destinador/destinatário) e objetos, e os dois poetas portugueses não pensam de outro modo. Para eles, a identidade do “eu sou” passa necessariamente pela relação com as alteridades que lhe são constitutivas. O “ele” é a “não pessoa” com relação à qual o “eu”,

peçoal e identitário, constrói-se como simulacro, numa dinâmica própria, de cujos postulados semióticos passamos a falar na sessão subsequente.

Princípios de uma dinâmica identitária

Para pensarmos a din mina identitária, tomamos emprestado a Landowski (2002) a organização esquemática das práticas semióticas da constituição da identidade e da alteridade, sem adotarmos, no entanto, a cobertura zoossemi tica fornecida por ele, por julgarmos-la excessivamente figurativa.⁷

Esta dinâmica tem o mérito de apresentar, em um quadrado semiótico, os quatro processos por meio dos quais uma identidade se forja no contato com os valores e com a(s) alteridade(s) que a atravessam. Landowski (2002) pensa a dinâmica identitária como um estado, sempre instável, que envolve a tensão entre quatro configurações: a assimilação (conjuntiva), a exclusão (disjuntiva), a admissão (não disjuntiva) e a segregação (não conjuntiva).   na correlação entre estas posições que a dinâmica da identidade se tece. Veja-se o quadro abaixo:



Quando sugere essas quatro configurações, Landowski (2002) está pensando a enunciação na perspectiva da narratividade, como um processo em que os actantes da comunicação se definem mutuamente, e de modo dinâmico, mediante a maneira como se apresentam uns para os outros. Como diz o autor:

Ora, estes princípios não constituem, em si mesmos, determinações que se possam considerar como simples e unívocas. Efetivamente, não se trata a  de dados que caracterizam cada um dos parceiros independentemente das circunstâncias de seu encontro com o outro, mas ao contrário de determinações que se constituem somente em situação e se transformam no próprio âmbito da interação. Pouco importa saber se este ou aquele sujeito   "por essência" adepto da disjunção – ou de outra coisa (supondo que qualquer psicologia, ainda a inventar, permita sab -lo); o que conta em compensação é o fato de que, em tal contexto preciso e em função de tais condutas particulares, o sujeito considerado possa eventualmente – e talvez deva mesmo em certos casos – parecer como tal a seu parceiro, pois é a partir da "leitura" que será assim feita de seu comportamento que o outro regerar  sua própria conduta a seu respeito – e reciprocamente, claro, segundo um processo recursivo teoricamente até o infinito. (LANDOWSKI, 2002, p. 52)

⁷ O autor descreve os estilos **esnobe**, **dândi**, **urso** e **camaleão**, consoante o **outro** se poste diante do um (o homem do mundo em perfeita conformidade com o seu meio) como um sujeito conjunto, disjunto, não conjunto ou não disjunto, respectivamente.

Na base desta estrutura está a tensão entre a conjunção e a disjunção, ou, em termos hjelmslevianos, a tensão entre a relação “e...e” e a relação “ou...ou”, de que Fontanille e Zilberberg (2001), por exemplo, aproximam as correlações que se estabelecem entre os gradientes da intensidade e da extensidade, na constituição do valor.

Estes dois autores reconhecem dois tipos de correlação entre os functivos valenciais que originam a função valor. A correlação conversa, quando mais intensidade pede mais extensidade ou menos pede menos, e a correlação inversa, quando mais intensidade requer menos extensidade e vice-versa. Esses dois tipos de correlação dão lugar a dois modos de convivência entre as duas macro-valências (a intensidade, dimensão do sensível, e a extensidade, dimensão do inteligível) e “liberam um espaço de acolhimento plausível para os dois grandes princípios introduzidos pela antropologia, a saber, o princípio da *exclusão*, que tem como operador a disjunção, e o princípio de *participação*, que tem como operador a conjunção” (*Op. cit.*: p. 27).

Na tensão que envolve esses dois princípios, duas operações podem ocorrer. No regime de exclusão, o operador **triagem** (disjuntivo) exclui participantes, cujo processo, se levado ao limite, resulta na “confrontação contensiva do *exclusivo* e do *excluído* e, para as culturas e as semióticas que são dirigidas por esse regime, à confrontação do ‘puro’ e do ‘impuro’” (*Op. cit.*: p. 29). No regime da participação, o operador **mistura** (conjuntivo) faz com que excluídos participem, produzindo a “confrontação distensiva do *igual* e do *desigual*: no caso da igualdade, as grandezas são intercambiáveis, enquanto no da desigualdade, as grandezas se opõem como ‘superior’ e ‘inferior’” (*Op. cit.*: p. 29).

Baseados nesses dois tipos de regime, Fontanille e Zilberberg (2001) reconhecem dois tipos de valores, ou regimes axiológicos: os **valores de absoluto** e os **valores de universo**. Os valores de absoluto implicam, como operadores, a triagem e o fechamento, até o ponto no qual se tem intensidade máxima com um mínimo de extensidade, “uma definição válida do *uno*, ou do *único*” (p. 47). Nos valores de universo, verifica-se o contrário: uma intensidade nula com uma extensidade máxima, uma definição do **universal**. Esses dois regimes de valores, no entanto, são dependentes um do outro e não têm senão um valor relativo, por isso os autores preveem a distensão em cada complexo admitindo uma sintaxe canônica: **triagem – fechamento – abertura – mistura – triagem**, e assim se expressam: “no caso dos valores de absoluto, parece que a triagem e o fechamento intervêm como operadores principais, tendo por benefício a concentração, enquanto os valores de universo pedem o concurso da mistura e da abertura, tendo por benefício a expansão” (p. 29). E completam: “identificamos a exclusão-concentração, regida pela triagem, e a participação-expansão, regida pela mistura, como as duas principais direções capazes de ordenar os sistemas de valores” (p. 49).

De acordo com os autores, tanto os valores de absoluto como os de universo aplicam-se às profundidades da intensividade e da extensividade. Do ponto de vista intensivo, os operadores que intervêm são a **abertura** e o **fechamento**, enquanto, do ponto de vista da extensidade, a modulação se dá entre a **triagem** e a **mistura**.

Assim, para eles, as valências próprias a essas operações suscitam a seguinte tipologia de valores:

- a) os valores de universo supõem a predominância da valência da abertura sobre a do fechamento e a predominância da valência da mistura sobre a da triagem; em relação à primeira, a abertura vale como livre, e o fechamento, como restrito, ou até apertado; em relação à segunda, o

misturado é avaliado como completo e harmonioso, e o puro é depreciado como incompleto ou mesmo imperfeito ou desfalcado;

- b) os valores de absoluto supõem a predominância da valência do fechamento sobre a da abertura e a predominância da valência da triagem sobre a da mistura; em relação à primeira, o fechado vale como distinto e o aberto como comum; em relação à segunda, o misturado deprecia-se por ser disparatado [...], e o puro aprecia-se justamente por ser absoluto, sem concessão. (FONTANILLE E ZILBERBERG, 2001, p. 53).

Do exposto, pode-se concluir que: a) se a constituição da identidade é processual e dependente do discurso-enunciado, como defende a semiótica, o sujeito do discurso se faz conhecer na e pela própria atividade enunciativa, como um simulacro; b) este simulacro, na qualidade de objeto semiótico, reconstituível a partir da leitura dos textos de um dado *corpus*, tomado como totalidade discursiva, é o resultado das operações de abertura e fechamento e de triagem e mistura agenciadas em discurso; c) essas operações se dão em razão de uma base axiológica e de um fundo tensivo, presentes em todas as fases do percurso de geração do sentido; d) a base axiológica e o fundo tensivo, presentes em todo discurso, simulam o sujeito na sua dimensão sócio-histórica e individual, respectivamente; e) no percurso gerativo do sentido, a base axiológica e o fundo tensivo ganham gradativamente maior densidade sêmica, e, no nível discursivo, sobremodo através da seleção dos temas e das figuras, o sujeito revela-se em sua porção ideológica.

Em suma, parece-nos que a dinâmica identitária proposta por Landowski pode ser homologada aos princípios da **exclusão** e da **participação**, às operações de *triagem*, *mistura*, **fechamento** e **abertura**, aos valores de **absoluto** e de **universo**. Por isso, a impressão de que existe um centro de referência em cada discurso não é absolutamente falsa, sobretudo para aquele que recebe o discurso, uma vez que este centro é construído a partir daquelas operações.

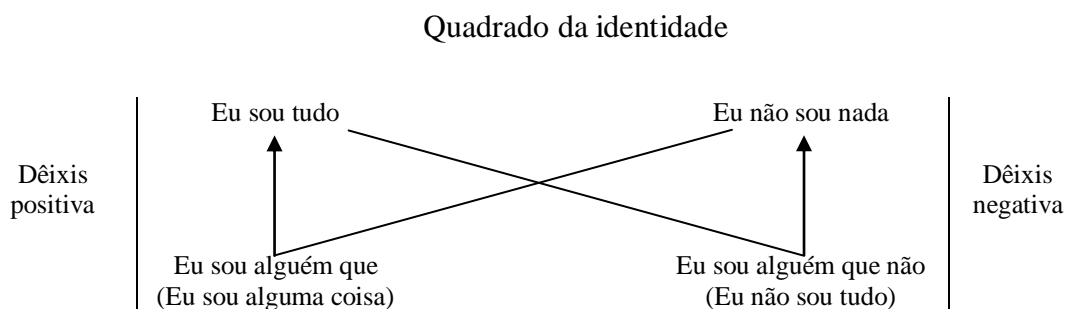
É oportuno reiterar, aqui, que admitir o centro de referência não significa assumir, conjuntamente, a ideia de um sujeito empírico, como fonte única do discurso. Aderimos às teses da dispersão do discurso e do sujeito descentrado de Foucault (1997 e 2002) e não estamos em desacordo com Pêcheux e Fuchs (1975), que nos alertam para os esquecimentos (de natureza ideológica e inconsciente) que estão na base da **ilusão discursiva de sujeito**. Esta nossa posição não deve surpreender, pois a **debreagem** tem a propriedade de ser pluralizante, ou seja, ela, ao dissociar a pessoa da não pessoa, instala, no mesmo ato enunciativo, uma diversidade de não pessoas (de “eles”).

No entanto, quando falamos de simulacros, queremos focar precisamente a construção discursiva deles, que podem se tornar tanto mais “ilusoriamente” estáveis quanto mais a enunciação é simulada no enunciado, isto é, quando se cria um efeito de centro de referência a partir do qual as operações de **abertura/fechamento**, de **triagem/mistura** e de **expansão/concentração** podem ser acompanhadas como dinâmica em que se forja um simulacro do si para a apreensão do outro, simulacro este que joga necessariamente com o simulacro do outro e com o simulacro que o si julga o outro ter dele.

Para Fontanille e Zilberberg (2001), por exemplo, este efeito de centro é uma decorrência da embreagem, dado seu caráter homogeneizante. Esses autores consideram, ainda, a debreagem e a embreagem como verdadeiros avatares das duas operações (extensiva/intensiva) da práxis enunciativa, aplicadas à própria instância de discurso. O simulacro do sujeito enunciante surgiria, assim, de um movimento centrípeto, de concentração, que finda por simular um centro de percepção, a exemplo daquele que a operação de debreagem desfaz ao pluralizar a instância discursiva.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

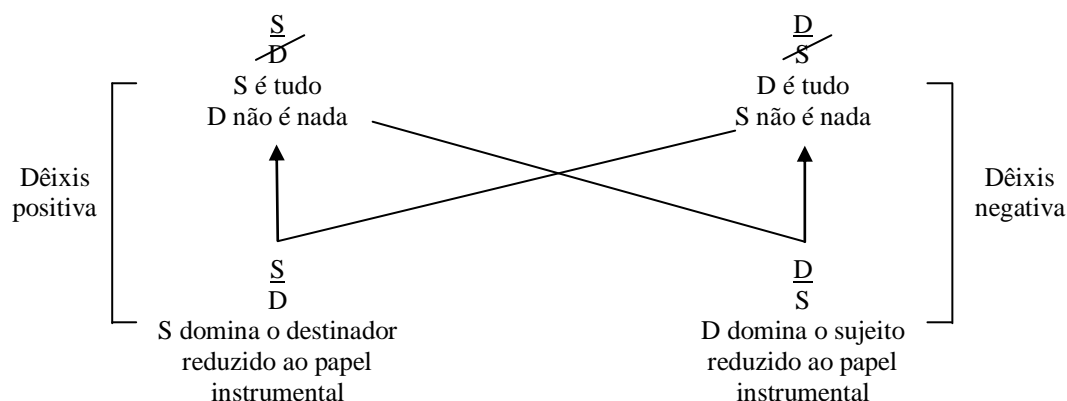
Neste ponto, cremos poder aproximar das proposições de Fontanille e Zilberberg a contribuição fundamental de Coquet (1985), concernente à constituição do sujeito na sua relação com o objeto. Este autor sugere quatro posições de sujeito num quadrado semiótico, em função da identidade que podem assumir. Reproduzimo-lo abaixo, com algumas alterações para efeito de comparação com a proposta de dinâmica identitária de Landowski (2002) e com as postulações de Fontanille e Zilberberg (2001).



No quadrado, o processo de individuação de um sujeito dá-se no termo neutro, eixo que subsume os subcontrários, quando ele se afirma como sujeito ao atribuir-se uma imagem na dêixis positiva (**eu sou alguém que**) conjuntamente com outra na dêixis negativa (**eu sou alguém que não**). Na posição **eu sou tudo**, Coquet põe o sujeito cuja identidade é total e positiva, isto é, um **eu** que deseja todo objeto de valor, que pode tudo e que sabe tudo. Na posição **eu sou alguém que**, está o sujeito cuja identidade é parcial e positiva, quer dizer, um **eu** que assume objetos de valor, saber e poder específicos. Na posição **eu não sou nada**, localiza-se o sujeito de identidade total e negativa, ou seja, o **eu** que não almeja qualquer objeto de valor, que nada pode e que nada sabe. Na posição **eu sou alguém que não**, tem-se um sujeito de identidade parcial e negativa, um **eu** que não assume objetos de valor, saber e poder específicos. Segundo sua classificação, o primeiro e terceiro sujeitos são produto de um foco generalizante, enquanto o segundo e o quarto decorrem de um foco particularizante. Logo, sendo o sujeito, para Coquet, aquele que assume e não apenas predica, é na conjunção do **eu sou alguém que** e do **eu sou alguém que não** que a identidade do sujeito se forja.

Comparando esse quadrado com o fornecido por Landowski (2002), não é difícil constatar as convergências entre eles. Subjacente ao quadrado da identidade de Coquet, estão as operações básicas indicadas por Landowski: conjunção/disjunção. No entanto Coquet parece considerar a modulação da categoria juntiva (conjunção/disjunção) pela intensidade. Assim, para ele, a conjunção excessiva (intensa) origina um sujeito pleno, e a disjunção excessiva (intensa), um sujeito nulo, e, cremos, ambos marcados pela falta de identidade que, segundo vimos, define-se pela diferença com relação à alteridade e pela seleção dos objetos-valor eufóricos e disfóricos, isto é, pela reunião da diferença positiva **eu sou alguém que** com a diferença negativa **eu sou alguém que não**.

Coquet (1984, p. 58) fornece outro quadrado, homologável ao da identidade, em que o sujeito (S) se apresenta em relação com um destinador (D), ou **terceiro-actante**, referentemente ao qual se mantém ou não autônomo.



Sobrepondo os dois quadrados, verifica-se que Coquet (1984) sugere uma tipologia actancial bastante interessante. Em primeiro lugar, ele reconhece a dimensão do **não sujeito**, que apenas predica e não assume a predicação, completamente dominado pelo destinador, “assimilado à sua função”, a qual não pode deixar de cumprir (p. 65). Trata-se, numa aproximação possível, do **corpo próprio** na subtaneidade da presença, puro afetado, na eventicidade da percepção e da emoção. Em segundo lugar, apresenta o **sujeito**, que se define por sua relação com o objeto, da qual se origina um actante pessoal e autônomo, “engajado nos atos que cumpre”. No entanto, na relação ternária (é o que vemos nesse segundo quadrado), o sujeito se identifica também por meio da constante tensão com os actantes sujeitos deônticos (autônomos ou heterônimos): os destinadores.

Com base no quadrado acima, podemos afirmar que a identidade do sujeito faz-se, também, na tensão entre o sujeito e o(s) seu(s) destinador(es). Observe-se que, nos extremos do quadrado, correspondendo aos termos contrários, estão as figuras de sujeitos cuja identidade é impossível determinar, ou porque se trata de um sujeito ($\frac{S}{D}$) nulo, completamente neutralizado pelo destinador (D), sujeito inteiramente assujeitado, segundo uma concepção sócio-histórica determinista, ou porque diz respeito a um sujeito (S) pleno, independente de qualquer destinador ($\frac{D}{S}$) e senhor absoluto de seu ser e fazer, de acordo com uma concepção voluntarista de sujeito. Segundo o quadrado nos instrui, a identidade do sujeito enunciante também deve ser buscada na tensão que se estabelece entre o centro de referência e a presença (no campo discursivo) do(s) destinador(es) com os quais o sujeito mantém um contrato fiduciário. Essa tensão revela as condições semióticas do sujeito, quanto à sua competência, em sua relação com códigos prescritivos de possíveis destinadores.

Como já fazia saber Coquet (1985), não se pode conceber “um universo semiótico que não seja igualmente universo de valores”.⁸ De fato, todos os elementos da gramática narrativa, “os actantes, os programas engajados, as modalidades caracterizantes são submetidos a avaliação”⁹ (p. 155), até mesmo o ato inicial da predicação implica uma avaliação. Acompanhemos o que afirma Coquet (1985) sobre a constituição da identidade e o processo de avaliação que acompanha as seleções operadas em discurso.

⁸ “[...] un univers sémiotique qui ne soit également univers de valeurs” (COQUET, 1985, p. 155).

⁹ “[...] les actants, les programmes engagés, les modalités caractérisantes sont soumis à évaluation.” (COQUET, 1985, p. 155).

A proclamação da identidade, no caso mais simples, o levar em consideração pelo sujeito enunciante seu próprio estatuto, postula, portanto, o recurso a uma seleção dos objetos do universo. O percurso do actante se reconstrói facilmente. Ele deve a princípio efetuar uma primeira escolha entre o que, segundo ele, é ou não é objeto de valor. Depois, ele designa ou denomina os objetos com os quais ele está conjunto (definição positiva) e aqueles dos quais está disjunto (definição negativa).¹⁰

A identidade do sujeito enunciante se faz, então, na dinâmica que envolve os objetos-valor, sobretudo os valores-modais, e as relações que ele, sujeito enunciante, entretém com outros sujeitos. Do ponto de vista da extensidade, é pelas operações básicas de conjunção e disjunção que o efeito de centro do discurso se faz; e, do ponto de vista da intensidade, é o valor tônico ou átono das grandezas que as aproxima, ou as afasta do centro do discurso. Essa dinâmica identitária torna-se tanto mais apreensível quanto mais a enunciação é simulada no enunciado.

Claro está, e já o dissemos, que a enunciação enunciada difere da enunciação propriamente dita, porque aquela é a simulação desta no interior do discurso. E com isso parece concordarem os autores até o momento mencionados neste artigo, o que nos anima a promover a convergência possível das propostas.

Convergência de propostas

Se admitimos que a debreagem tem um caráter disjuntivo, e seu gesto inaugural pluraliza a instância enunciante, deveremos aceitar que ela virtualiza, no mesmo ato, a identidade do sujeito que enuncia. Ou seja, uma vez realizada a “esquizia” inicial, o enunciador do discurso é uma virtualidade,¹¹ é um **eu não sou nada**, um sujeito completamente barrado por seus destinadores.¹²

Passado esse momento inaugural da disjunção, e na medida em que a instância enunciativa enuncia, ou constrói o discurso, como campo de presença, o efeito pluralizante da debreagem inicial começa a se desfazer, e inicia-se um processo de **não debreagem** que vai dar origem a um sujeito atualizado,¹³ fruto das primeiras seleções operadas em discurso. Nesse processo, a identidade de um sujeito enunciante começa a ser gestada em função das grandezas convocadas para o discurso e de suas relações tensivas (intensidade x extensidade) para com o centro discursivo. Simultaneamente, começa a se afirmar um sujeito enunciante como um **eu sou alguém que**. Este sujeito enunciante, por seu turno, aparta-se de seus destinadores ao relativizar a absoluta dominância deles.

¹⁰ “La proclamation de l’identité, dans le cas le plus simple, la prise en compte par le sujet énonçant de son propre statut, postule donc le recours à une sélection des objets de l’univers. La démarche de l’actant se reconstruit aisément. Il doit d’abord effectuer un premier choix entre ce qui, selon lui, est ou n’est pas objet de valeur. Puis il designe ou dénomme les objets avec lesquels ils est conjoint (définition positive) et ceux dont il est disjoint (définition négative).” (COQUET, 1985, p. 155).

¹¹ Este sujeito aproxima-se do sujeito desligado, concebido por Fontanille e Zilberberg (2001, p. 142), em que S’ (sujeito do foco) e S” (sujeito da apreensão) não se apropriam, ao mesmo tempo, do mundo, quando este é percebido como distribuído e dividido.

¹² Neste caso, e talvez só nele, é que se poderia falar de um sujeito completamente assujeitado, asfixiado pelas pressões do contexto sócio-histórico e sem qualquer manifestação singularizante.

¹³ Fontanille e Zilberberg (2001, p. 143) defendem que a atualização reconstitui em parte a tensão entre o sujeito do foco e o sujeito da apreensão, “e permite, se não uma sincronização, pelo menos uma superposição parcial de seus atos respectivos”.

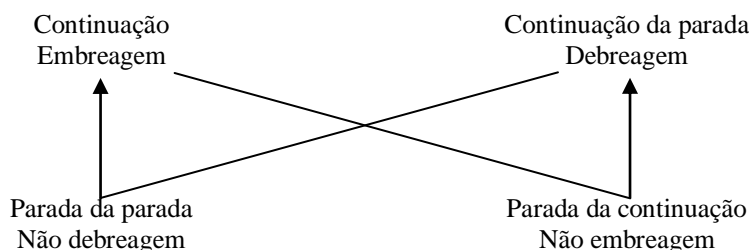
Num quadrado semiótico de postulação possível, a **não debreagem** apontaria para a **embreagem** como seu termo complementar. Na passagem de um ponto a outro do quadrado é que começaria a se criar um efeito de centro, que o dispositivo da **enunciação enunciada** tenderia a acentuar. A culminância do processo **embreante** seria a volta ao puramente vivido, que, conforme já vimos, não se realizará jamais.

Se também aceitamos a **embreagem** em seu caráter conjuntivo, seu gesto, levado ao extremo, singularizaria a instância enunciante, realizando-a na qualidade de simulacro da sensação e da percepção. Aqui, o sujeito está realizado ¹⁴ em um **eu sou tudo**, um sujeito que barra completamente a influência dos destinadores. Nesse processo, o sujeito centra-se até o limite do **não sujeito**, corpo próprio do puro vivenciado, sujeito da afecção e da emoção.

A operação da **não embreagem**, por sua vez, distende o sujeito novamente, descentra-o pela não conjunção, e este sujeito, assim distendido,¹⁵ pode refletir sobre o “vivido”.¹⁶ O sujeito enunciante, então, reinstaura-se na relação destinador-sujeito e aparta-se dos destinadores pelo concurso de um **eu sou alguém que não**, potencializando-se como identidade não conjunta.

Nessa dinâmica, a identidade discursiva do sujeito enunciante pode ser novamente virtualizada por uma operação disjuntiva, dando origem a um sujeito desligado, isto é, a um **eu não sou nada** completamente barrado por destinadores.

Nesse ponto, não podemos deixar de mencionar as categorias do nível tensivo propostas por Zilberberg (2006). Este autor postula que o espaço tensivo, condição para a geração do sentido, pode ser concebido como tensão entre a parada e a continuação, conforme deixa ver o esquema infra, adaptado de Zilberberg (2006, p. 163).



¹⁴ Para Fontanille e Zilberberg (2001), considera-se realizado o sujeito quando suas duas intâncias, o sujeito do foco (S') e o sujeito da apreensão (S''), coincidem, isto é, quando não há distância entre as duas operações básicas: foco e apreensão.

¹⁵ O sujeito distendido tem sua tensão interna diminuída, porque a apropriação do mundo não se realiza, ao mesmo tempo, pelo sujeito do foco (S') e o sujeito da apreensão (S'') (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001).

¹⁶ As aspas se devem ao fato de que, no ato enunciativo, não se pode retornar ao vivido propriamente dito, mas apenas simulá-lo.

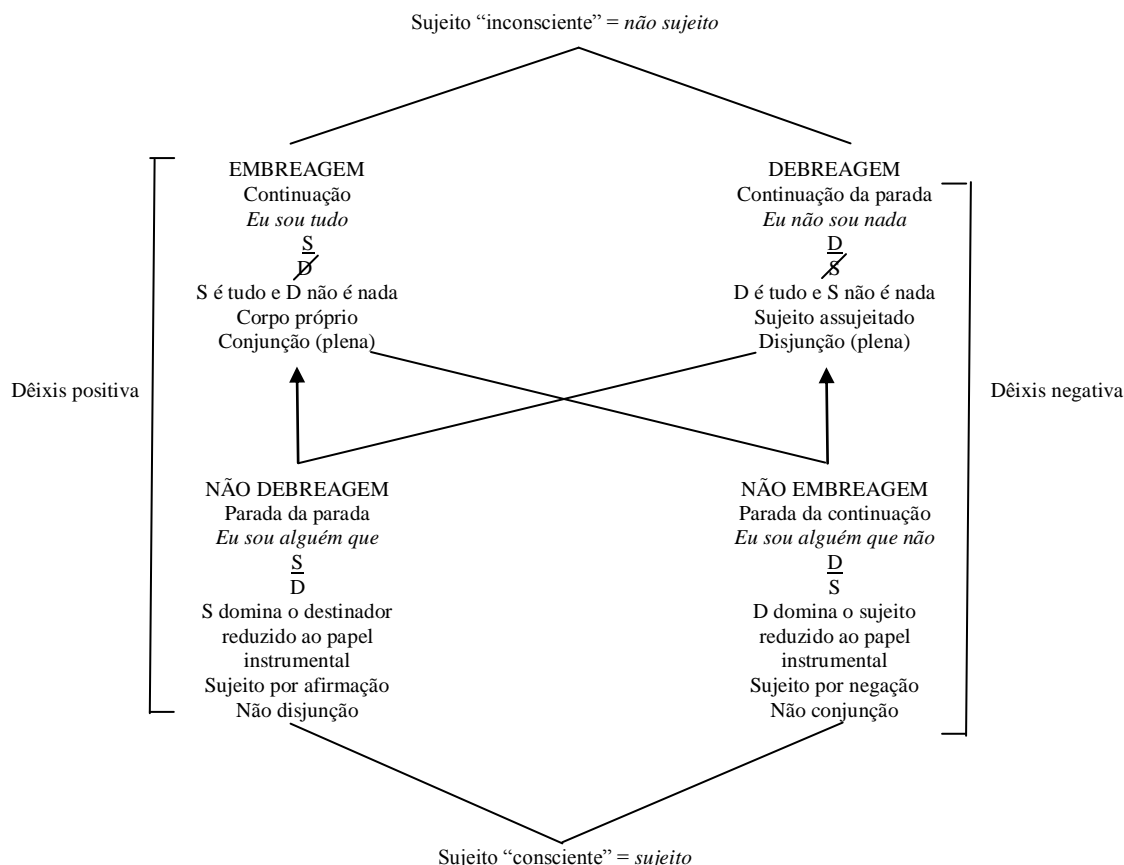
Expliquemos. Pode-se dizer que a fissura inicial, a saída do sujeito da inerência do vivido, do corpo próprio, para tornar-se o sujeito que enuncia, constitui-se como **parada da continuação**, ou, no nosso caso, como negação da embreagem plena.¹⁷ A **continuação da parada** requer a retomada do fluxo suspenso, e, então, a busca do sentido caracteriza-se pela negação da debreagem plena, a **parada da parada**. Nesse processo, o retorno à embreagem representaria a volta ao corpo próprio, à **continuação da continuação**, como reinserção no contínuo, que será sempre simulada, devido à fissura inicial criadora do duplo, isto é, de um **sujeito-que-sente-e-percebe** e de um **sujeito-que-enuncia**. Essa estrutura sintático-semântica confere um caráter aspectual aos devires do fluxo tensivo-fórico que sobredeterminam as articulações narrativas e discursivas.

Pelo que vimos até o momento, podemos dizer que o processo de constituição identitária obedece, pois, às operações da práxis enunciativa. Assim, se, por um lado, as operações de **triagem, mistura, abertura, fechamento, concentração e expansão** estão diretamente envolvidas na construção do discurso como campo de presença e se, por outro lado, este campo de presença se estrutura em torno de um centro e de seus horizontes, podemos afirmar que as grandezas convocadas para o discurso são moduladas, com relação a este centro, em termos de intensidade e de extensidade. Quanto mais próxima do centro a grandeza estiver, mais intensidade ela terá (mais foco), e vice-versa, e mais constitutiva deste centro a grandeza será, independentemente de sua avaliação axiológica. A avaliação axiológica é que, por sua vez, pode justificar o processo de triagem e mistura, conjunção e disjunção, ao aplicar a categoria tímica (euforia/disforia) sobre os valores convocados para o discurso. Em suma, entendemos que tanto as modulações de intensidade e extensidade, avatares da embreagem e da debreagem, respectivamente, quanto as operações de triagem e mistura concorrem para o efeito de concentração e expansão, base do efeito de identidade.

Ao fim e ao cabo, talvez possamos dizer que, no quadrado da identidade proposto por Coquet (1985), temos um sujeito “inconsciente”¹⁸ (termo complexo entre o **eu sou tudo** (corpo próprio) e o **eu não sou nada** (sujeito completamente assujeitado)); e um sujeito “consciente” (termo neutro entre o **eu sou alguém que** (sujeito da dêixis positiva) e o **eu sou alguém que não** (sujeito da dêixis negativa)). Assim, a identidade “consciente” do sujeito enunciante corresponde à imagem-fim resultante das modulações tensivas identificadas em discurso, dos objetos-valor convocados para ele e das relações do sujeito com seus destinadores. No quadro a seguir, buscamos representar as convergências para apreciação em conjunto do que vimos dizendo até o momento.

¹⁷ Greimas e Fontanille (1993) referem-se à fase da *somação* como a primeira operação necessária para conhecer; trata-se de uma operação de negação em que o sujeito separa-se do objeto, cuja perda ele, sujeito, se vê forçado a categorizar. Por meio desta primeira operação, o sujeito se funda “como *sujeito operador* e funda o mundo como objeto cognoscível” (p. 38). No entanto, antes desta disjunção, os autores falam de uma primeira: “a disjunção com a necessidade ôntica pelo efeito do acaso” (p. 38). Creemos que, neste caso, as duas primeiras disjunções podem ser interpretadas como a parada da continuação, nos termos de Zilberberg (2006), ou como a não embreagem, em que “a somação-negação aplicada a uma sombra de valor”, valência, “só pode instalar não S1, primeiro termo do quadrado semiótico” (p. 39).

¹⁸ O termo inconsciente refere-se aqui “ao sujeito que não assume o discurso”. É claro que, nesta acepção, o termo guarda semelhança com a noção de inconsciente em psicanálise. No entanto levar a efeito esta aproximação seria desviar-se do objetivo geral deste artigo.



No quadro acima, procuramos relacionar as diferentes contribuições de alguns autores que, no terreno da semiótica, trataram, direta ou indiretamente, da constituição identitária dos actantes. A cada autor lido, ficava-nos a impressão de que aproximar as diversas abordagens do tema seria uma tarefa benfazeja, cujo resultado revelaria as convergências possíveis, se realizadas certas adaptações, aqui ou acolá, em algumas das propostas examinadas.

Parece-nos, assim, que a noção de **não sujeito**, de Coquet, pode ser ampliada para abranger também o actante neutralizado na sua relação com um destinador onipotente, que daria origem a uma espécie de **sujeito assujeitado**. No polo oposto, contrário ao do **sujeito assujeitado**, estaria o **sujeito-que-sente-e-percebe**, o corpo próprio merleau-pontyano, base do presente eterno. Estes dois, por não assumirem o seu discurso, concorrem para a constituição da instância **não sujeito**. Como seus subcontrários, encontramos dois sujeitos que assumem o discurso, avaliam as grandezas convocadas para ele e constituem-se, como identidade, pelo próprio ato enunciativo, ora por negarem o domínio absoluto do destinador, afirmando-se positivamente, ora por negarem a exclusividade do corpo próprio como único diretor do processo discursivo.

Afinal, se enunciar é tornar as coisas presentes por meio da linguagem, como já admitimos, então o ato enunciativo provoca uma fissura no **sujeito-que-sente-e-percebe**, deslocando-o do simples vivido, fenômeno abordado em “Autopsicografia” e “Isto”, como vimos. Neste ato, isto é, no trânsito **embreagem** > **não embreagem** > **debreagem**, o sujeito se neutraliza ao se tornar um **ele**, ao pluralizar a instância enunciante. Todavia, no processo enunciativo mesmo, faz-se o percurso contrário, **debreagem** > **não debreagem** >

embreagem, em que o **corpo-que-sente-e-percebe** pode ser apenas simulado em discurso, uma vez que não se volta, depois da fissura inicial, à sua inerência, isto é, à embreagem plena.

Fundamentado nestas razões, assumimos a identidade do sujeito enunciante como decorrente do discurso em ato, ou melhor, do processo enunciativo, no fazendo-se de uma totalidade discursiva. E, neste processo, não há como pensar o sujeito do discurso isolado da singularidade que cada texto em si constrói, nem do espaço interdiscursivo no qual ele se move. Por isso, pode-se dizer que o sujeito é discursivo e interdiscursivo a um só tempo, ou, como afirma Fiorin (2006), “o sujeito é integralmente social e integralmente singular” (p. 58).

A seguir, exploramos duas letras de canções de Arnaldo Antunes como exemplos de textos que refletem acerca do papel performático da linguagem, atuando como elemento fundamental na constituição da significação-mundo e da significação-sujeito.

Vamos primeiramente a “As coisas”, em que se faz patente a reflexão em torno da constituição da significação-mundo.

As coisas

As coisas têm peso,
massa, volume, tamanho,
tempo, forma, cor,
posição, textura, duração,
densidade, cheiro, valor,
consistência, profundidade,
contorno, temperatura,
função, aparência, preço,
destino, idade, sentido.
As coisas não têm paz.

O título, um sintagma nominal de mínima densidade sêmica, possui alto valor referencial porque pode remeter a muitos “objetos” da semiótica do mundo natural. O enunciador deste texto parece reconhecer um fazer estruturante das “coisas” em termos de significação. Trata-se do fazer categorizante da linguagem, que procede à construção das descontinuidades objetais de um contínuo identificado aqui como “as coisas”, e isto em função de propriedades semânticas como “peso, massa, volume” etc. Cada uma dessas propriedades se constitui como parâmetro que conjunta termos a serem depois organizados num gradiente.

Sintomática é a presença do substantivo “sentido” no final da enumeração das propriedades atribuídas às “coisas” com vistas à ordenação categorial do mundo. Parece-nos que esta palavra resume a atividade central que extrai “as coisas” da dimensão do não sentido, pela mediação instauradora da linguagem, pela intervenção do ato enunciativo, doador de existência semiótica.

O texto permite supor que, antes da intervenção doadora de sentido, “as coisas” repousam em “paz”, e que é pela mediação da linguagem, no ato enunciativo mesmo, que elas saem deste estado de coisa e ganham forma semiótica. Por isso, pode-se dizer que ao **As coisas** foca a questão atual, muitas vezes abordada em textos poéticos, da constituição do mundo como estrutura de linguagem. Vale ressaltar que, na obra de Arnaldo Antunes, muitas são às vezes em que este tema é desenvolvido, o que por si só é suficiente para colocá-lo como um dos lídimos representantes da contemporaneidade poética atual.

Agora passemos a “Fora de si”, letra na qual se tematiza a constituição da significação-sujeito.

Fora de si

eu fico louco
eu fico fora de si
eu fica assim
eu fica fora de mim

eu fico um pouco
depois eu saio daqui
eu vai embora
eu fico fora de si

eu fico oco
eu fica bem assim
eu fico sem ninguém em mim

Essa letra de canção explora os mecanismos de debreagem e embreagem e, com isso, promove a reflexão sobre o processo enunciativo propriamente dito e as instâncias de enunciação por ele implicadas. Expliquemos.

A partir da lexis do título, que significa “agitado, exaltado, desnortado, furioso ou em êxtase” (HOUAISS e VILLAR, 2001), manifestação da instância do **não sujeito**, portanto, o enunciador instaura um **corpo-que-sente-e-percebe** como centro de um campo de presença que se encontra sob o domínio quase exclusivo da intensidade afetiva. A conjunção com a **loucura** é um estado de intensidade tônica e extensidade átona experienciada pelo actante do enunciado e, nesse caso, decorre de uma transformação não explicitada pelo texto, mas que, sabemos, se configura como minimização do cognitivo.

O texto principia com uma debreagem enunciativa pela projeção do **eu-agora** no discurso. Este **eu**, porém, é perspectivado como um **ele** pelo enunciador, que, a partir do movimento debreante inicial, opta por simular em discurso a instância da enunciação, o que cria o efeito de aproximação entre enunciado e enunciação, sem prejuízo para as instâncias do observador e do enunciatário, que parecem estar mobilizados do ponto de vista exclusivamente cognitivo. Temos, assim, uma atitude reflexiva referentemente ao estado de coisa apresentado pelo texto, em que o sujeito debreado enunciativamente é pura afetividade submetida à observação dos actantes da enunciação (enunciador, enunciatário e observador).

O emprego do “fora de si” no segundo verso, em vez do “fora de mim” esperado, é, para além da simples subversão do cânon gramatical e validação de uma variedade não culta da língua portuguesa, um procedimento embreante que visa a promover a reflexão sobre o sujeito conjunto com a **loucura** e, por contraditoriedade, sobre o sujeito **são**, pois, segundo o texto, **louco** é o sujeito em cujo campo discursivo não se encontra presente o outro-deontologizante, destinador-manipulador segundo o **dever** ou, em outros termos, o terceiro actante de Coquet. A **loucura** seria, assim, um estado de coisa decorrente de um processo de **triagem** excessiva que beira a **vacuidade** cognitiva, como deixam ver os versos “eu fico oco” e “eu fico sem ninguém em mim”. No estado de **louco** estaria, portanto, o **não sujeito**, como instância de pura afecção, isto é, o “eu” esvaziado da presença do “ele” deontologizante, manifestado no último verso da letra pela forma pronominal de terceira pessoa “ninguém”.

O “si” do segundo verso, quer ele remeta à segunda ou à terceira pessoa, parece se constituir referência à instância do terceiro actante de Coquet, sentido este reforçado pelo concurso do verbo em terceira pessoa “fica” e pela forma de valor dêitico “assim”. O pronome “mim” do quarto verso, por sua vez, promove uma nova debreagem enunciativa, em

que se simula a assimilação entre o actante do enunciado e o enunciador, num ponto do texto em que o “eu” parecia remeter exclusivamente a um “ele”, na qualidade de objeto da observação dos actantes da enunciação.

Tudo se passa como se a identidade do sujeito estivesse na dependência da presença de um **alguém** dentro dele, isto é, da presença de uma alteridade, um terceiro actante, que pudesse fornecer os parâmetros necessários para sua identificação, uma alteridade vinda de fora, a partir da qual, contratual ou polemicamente, o sujeito tivesse de forjar a própria identidade. As expressões espacializantes (“fico”, “saio daqui” e “vai embora”) manifestam o trânsito entre o fora e o dentro implicado pela construção e desconstrução da identidade do sujeito, em que o “eu” parece ora estar debreado enunciativamente (“eu fico um pouco” e “eu saio daqui”), ora embreado enuncivamente (“eu vai embora”), neste último caso equivalendo mais a um “ele”, como vimos.

Poderíamos dizer, então, que o texto tematiza a negociação sempre operante na constituição da identidade do sujeito, que nasce inelutavelmente clivada pelas instâncias do **não sujeito** e do **terceiro actante**, como sugere Coquet, e que é no discurso em ato, isto é, na própria atividade enunciativa, que o sujeito e o mundo se fazem como construtos de linguagem. Enunciar, portanto, é não apenas tomar posição, como sugerem Fontanille e Zilberberg (2001), mas principalmente construir posições que definem objetos e sujeitos num dado campo discursivo.

Considerações finais

Dada a centralidade que a questão da linguagem e a de seu papel na constituição do sujeito e do mundo tem ocupado na produção poética da atualidade, procuramos, neste artigo, apresentar o modo como a semiótica discursiva a aborda, articulando vertentes desta teoria consideradas inarticuláveis por alguns de seus adeptos, ou inconciliáveis, por outros. Pensando ter alcançado algum sucesso neste propósito, buscamos em Fernando Pessoa e Arnaldo Antunes, tomados como representantes da produção poética moderna e pós-moderna, respectivamente, exemplos de textos em que o tema do papel performático da linguagem é desenvolvido. Após uma breve análise dos quatro textos selecionados, cremos poder dizer que os dois poetas não só demonstram ter plena consciência da função mediadora e, mais do que isto, instauradora da linguagem, mas também fazem deste um dos temas principais de seu labor literário, como é usual nas poéticas da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

APPEL, K-O. **Transformação da filosofia II: o a priori da comunidade de comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

COQUET, J-C. **Le discours e son sujet**. Tomo 1. Paris: Klincksieck, 1985.

_____. **La quête du sens: le langage em question**. Paris: Universitaires de France, 1997.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.

Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FONTANILLE, J. **Sémiotique du discours**. Limoges: Pulim, 1998.

FONTANILLE, J. e ZILBERBERG, C. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial/FFLCH/USP, 2001.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: EDUSP/Cultrix, 1976.

GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, s/d.

_____. e COURTÉS, J. **Dictionnaire raisonné de la théorie du langage**, tomo 2. Paris: Hachette, 1986.

GREIMAS, A. J. e FONTANILLE, J. **Semiótica das paixões**: dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

_____. **Presenças do outro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours**. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propôs de l'analyse automatique du discours. In: **Langages**, nº 37, 1975, p. 7-79.

PESSOA, F. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986.

SILVEIRA, J. R. C. da e FELTES, H. P. de M. **Pragmática e cognição**: a textualidade pela relevância. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VALÉRY, P. **Cahiers I**. Paris: Gallimard, La Pléiade, 1973.

ZILBERBERG, C. **Razão e poética do sentido**. São Paulo: EDUSP, 2006.

Recebido em: 16.07.11
Aprovado em: 15.09.11